



www.observatoriageoioias.com.br

Publicado originalmente em: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. 16 a 21 de julho de 2006 – Rio Branco – AC. 2006

O TRABALHO RURAL: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO (1980-2000)

Letícia Garcindo - leticiaufg@ibest.com.br

Marcelo Rodrigues Mendonça - mendoncaufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

As transformações espaciais no campo brasileiro, decorrentes da modernização conservadora, patrocinada pelo capital são o melhor caminho para interpretar o espaço agrário brasileiro, que vem sofrendo grandes transformações com a incorporação de novas tecnologias no campo, que alteram assim, a relação capital/trabalho.

Segundo Mendonça (2004), a partir da década de 1970, a ocupação “racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado relaciona-se ao processo de crise do processo produtivo mundial e reforça o poder político e econômico das elites conservadoras com a implementação das empresas rurais. Esse processo ocasionou transformações espaciais nas áreas cerradeiras, acabando velhas formas de uso e exploração da terra e expulsando pecuaristas tradicionais e camponeses para áreas urbanas e/ou áreas mais afastadas.

Essa ocupação “racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado incorporou novos territórios ao processo produtivo mundial. A implementação da agricultura moderna ganhou forte impulso devido às necessidades dos mercados distantes



www.observatoriogeogoiias.com.br

e a forte presença das empresas transnacionais que promoveram várias formas de atuação a partir da agroindustrialização.

A reestruturação produtiva do capital principalmente nas áreas de Cerrado com a instalação de empresas rurais alterou as relações sociais de produção e passou a utilizar várias formas de trabalho degradante (trabalho infantil, escravo, volante ou temporário etc).

No período de 1970 a 1980, ocorreram nas áreas de Cerrado os grandes financiamentos e investimentos, assim os empresários rurais passaram a ter disponibilidade de créditos para a atividade agropecuária, obtendo condições de competitividade e massacrando a maioria dos pequenos e médios proprietários rurais que tentaram exercer a agropecuária moderna. O processo de modernização transformou os pequenos proprietários e camponeses em vendedores de força de trabalho, agravando as suas condições de vida.

Os novos proprietários rurais, através de violência expulsaram os camponeses da terra. Com essa expulsão, o direito de uso passou para esses novos proprietários, a maioria oriunda do Sul, onde a agricultura moderna se iniciou a partir da década de 1950. A modernização da agricultura no Sudeste Goiano apresenta usos e formas de exploração da terra que coadunam com as condições de (re)produção do capital e estão evidenciadas na produção e na produtividade do trabalho, no aumento do lucro com o avanço tecnológico e, conseqüentemente, na diminuição a mão de obra.

Muitos foram os investimentos na agricultura moderna, como a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo que aumentaram a produtividade, beneficiando os proprietários dos meios de produção. Mas isso promoveu a diminuição brusca do trabalho vivo, o que, conseqüentemente, aumentou o desemprego, modificando as relações sociais de trabalho. Nesse novo rearranjo, a precarização do trabalho sobressaiu-se, reaparecendo, inclusive, nas empresas rurais, o trabalho de idosos, o trabalho infantil, o trabalho escravo, o trabalho volante ou temporário. Essas são algumas das conseqüências do progresso técnico no processo produtivo no campo e também, por conseqüência, na cidade, nas áreas de Cerrado.



www.observatoriogeogoiias.com.br

Assim, a pesquisa em andamento visa compreender os fatores responsáveis pela expulsão dos camponeses e trabalhadores rurais e analisar as condições de trabalho nas novas atividades laborais no município de Catalão (GO). Por isso, para compreender as diferentes formas de exploração da força de trabalho numa dada realidade, é preciso compreender o modo de produção e as relações entre os homens, devido à sua ligação com o processo de produção, pois as formações sociais no sistema capitalista se definem tendo, de um lado a classe detentora dos meios de produção, e do outro, a classe desprovida desses meios de produção, que é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS “NOVAS” RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NO CAMPO

A modernização conservadora da agricultura é a expressão da modernização capitalista no processo produtivo agrário, que territorializou a contradição capital x trabalho no campo, o que também configura possibilidades emancipatórias, pois os trabalhadores expropriados, uma vez conscientes, lutam pela terra e pela reforma agrária. As transformações técnicas e tecnológicas implementadas pela reestruturação produtiva do capital, constituíram em novo patamar de acumulação capitalista, que ocasionou grandes mudanças na forma de ser da classe trabalhadora.

Por isso é importante compreender as tramas do capital e as perspectivas dos trabalhadores, observando, através delas, as relações que dão sentido e conteúdo ao trabalho, principalmente ao trabalho rural, e as possíveis implicações na relação cidade/campo, que originam novas configurações geográficas, devido ao processo de modernização conservadora da agricultura, bastante forte nas áreas de Cerrado, após a década de 1970. A tecnificação capitalista no campo mudou a relação homem/natureza, ou seja, a vida social, os instrumentos e as relações sociais de trabalho.

Com a modernização capitalista, as grandes propriedades intensificaram sua produção monocultora, através de equipamentos altamente tecnificados para atender o



www.observatoriogeogoiias.com.br

mercado internacional, e as pequenas propriedades continuaram com a diversificação de cultura para atender o mercado interno e preservarem a agricultura de auto-consumo. A modernização tem como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, através da inovação tecnológica, mas não muda a estrutura fundiária, pois mantém o modelo concentrado e excludente, transformando os camponeses em vendedores de força de trabalho, agravando as condições de vida desses trabalhadores.

O campo sofreu e vem sofrendo transformações espaciais, pois as estratégias de desenvolvimento do capital priorizam o agronegócio, piorando os problemas sociais e ambientais que crescem constantemente. Disso decorre a luta pela terra e pela reforma agrária, porque camponeses/trabalhadores insurgem-se contra um destino de exclusão, fortalecendo os movimentos sociais rurais. Atualmente, diversas categorias de trabalhadores rurais, vivem relações sociais de trabalho diferentes umas das outras, e que não podem ser agregadas no conceito de campesinato e/ou de proletariado rural.

Mendonça (2004) diz que o trabalho deve ser reconhecido como uma relação social e, por isso, é necessário compreendê-lo enquanto uma construção sócio-histórica, da qual decorrem diversas ações políticas. Vejamos:

O trabalho é um tema permanente na geografia, seja a partir do processo de hominização por meio do metabolismo que permeia a relação do homem com a natureza, ou, enquanto regulação social, historicamente construída pelas formas de controle do capital sobre o trabalho. Não se pode esquecer as formas construídas que acarretaram a expulsão e desterritorialização dos camponeses no Brasil, desde a implementação do regime de sesmarias. (MENDONÇA, 2004, p.100).



www.observatoriageoioias.com.br

A implementação da técnica e das inovações tecnológicas no campo propiciou a desterritorialização dos pequenos proprietários e camponeses que passaram a viver em situação precária (nas periferias urbanas e/ou nas áreas de fronteira). Esse processo reforçou a concentração de terras, agudizou a violência e fez com que milhares desses trabalhadores enfrentassem qualquer tipo de trabalho, quase sempre, extremamente precarizado.

A PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM GOIÁS

A organização espacial rural do território goiano se baseou na grande propriedade com a modernização conservadora da agricultura, principalmente a partir da década de 1970, mas já a partir do século XX, com a implantação da agricultura comercial e com a construção de Goiânia (1937) e de Brasília (1960), as formas de uso e exploração da terra foram sendo alteradas, também devido à necessidade de novas áreas de investimento do capital, como a construção de rodovias, hidrelétricas, crescimento urbano e agroindustrialização entre outros, que propiciaram um (re)ordenamento espacial.

Esse processo intensificou o trabalho assalariado e diversas profissões, que foram essenciais para as atividades agropecuárias, como o boiadeiro, o lavrador e o amansador de animais, entre outros, figuras que expressavam as várias formas de trabalho desapareceram. Muitos passaram a trabalhar como trabalhadores volantes e/ou temporários, enfrentando as mais variadas formas de trabalho na plantação, na colheita, para suprir suas necessidades. Antes predominavam no campo relações sociais de trabalho não capitalistas, como o agregado, o posseiro, o sitiante. Os agregados tinham permissão para morar e lavrar, mas prestavam serviços ao proprietário como obrigação por residirem na terra. Essa é uma experiência vivida por minha família, que vive há 56 anos como agregada em uma fazenda situada na área da pesquisa, município de Catalão (GO).

Hoje, minha família, como agregada, já nem trabalha mais para os proprietários, devido à presença de lavouras mecanizadas. Apenas recebe um pequeno pedaço de terra para morar, plantar horta, feijão e arroz, ou seja, o básico para o sustento, mas muitas vezes é preciso comprar esses alimentos, o que há alguns anos não era preciso,



www.observatorigeoioias.com.br

pois plantava roças à meia (meação), que garantiam o sustento o ano todo, hoje isso não é possível, porque a terra está ocupada pela agricultura moderna: mecanizada e voltada para o mercado exterior, como o cultivo de soja. A precarização não se limita às relações de trabalho, também se estende as condições de vida, pois a moradia continua a não possuir infra-estrutura adequada, como antigamente e não há perspectiva de mudança nesse cenário porque não é interessante mais manter agregados em propriedades rurais.

As transformações econômicas, técnicas e culturais no campo fizeram com que os padrões de vida dos trabalhadores rurais mudassem, pois para o sustento tiravam da terra alimentos, produtos para a fabricação de vestimenta, remédios, o necessário para sua sobrevivência. Depois das inovações tecnológicas, da expansão do mercado capitalista, viram-se obrigados a aceitarem as novas formas de trabalho, com a exclusão das atividades antes exercidas, ou abandonar o campo indo para cidade como ofertantes de força de trabalho, passando a trabalhar como trabalhadores volantes e/ou temporários, ou enfrentando qualquer tipo de trabalho, pois o capitalismo não se territorializa de forma homogênea, mas apresenta diferentes formas de uso e exploração da terra.

Ainda hoje, contrariando os apologetas da modernização da agricultura se observam camponeses, a maioria em condições precárias de vida e de trabalho, convivendo lado a lado com as empresas tecnificadas, evidenciando a materialização das mais variadas combinações entre a expropriação, a subordinação e a sujeição do trabalho pelo capital, sob a proteção jurídica e política do Estado. (MENDONÇA, 2004, p. 29).

As transformações ocorridas no processo de produção econômica-rural permitem verificar a existência de um empobrecimento da população expulsa do campo, que se aglomera na cidade como ofertante da força de trabalho. Vários fatores levaram esses trabalhadores à migração; o principal é a perda da terra e a dificuldade de competir



www.observatorigeogoiias.com.br

com a modernização. As mudanças na relação cidade/campo que ocorreram a partir da modernização agrícola têm como fator essencial, que explica melhor esse processo e a implementação das indústrias nas cidades e a dificuldade dos trabalhadores e camponeses se manterem no campo, por isso a população rural migra para as cidades na esperança de uma vida melhor, de educação para os filhos, de emprego fixo com uma melhor renda, de melhores condições de moradia e saúde, alterando a relação cidade/campo.

Nas cidades não há emprego para todos e a maioria passa a trabalhar nas ruas como garis, serventes de construção civil etc. Quando conseguem emprego nas empresas urbanas ou rurais não trabalham com carteira de trabalho assinada, pois o trabalho exercido por eles não exige qualificação, recebem miseráveis salários, vivem em condições subumanas. Passam a trabalhar de diaristas, conhecidos como bóias-frias (trabalhadores volantes e/ou temporários), exercendo diversas atividades no campo, sendo contratados segundo as necessidades na época de plantio, colheita, preparo do solo e até na manutenção das propriedades, entre outras.

Há diferentes formas de utilização da mão-de-obra presentes nas atividades agrícolas, como trabalho familiar, parceria e trabalho assalariado (temporário ou permanente), entre outras. O trabalho permanente reduziu-se devido às alterações no processo produtivo. Assim o trabalho temporário, uma forma de trabalho assalariado, permite aos empresários agrícolas valorizarem seu capital mais eficazmente, o que oferece vantagens diferenciadas sobre as demais modalidades de trabalho, pois esses trabalhadores ora substituem a máquina, ora o trabalhador assalariado permanente, ou são disfarçados na figura do arrendatário e do parceiro, que aparecem como solução menos onerosa para o empresário rural.

Embora os requisitos legais impostos à exploração do trabalhador rural tenha um papel importante na opção pelo trabalho do “bóia-fria”, a variável mais determinante desta opção é a existência de uma grande massa de população disponível para qualquer tipo de trabalho. (MELLO, 1976, p.125).



www.observatoriogeogoiias.com.br

Quase sempre esses trabalhadores, agora separados dos meios de produção (a terra), têm suas vidas constituídas de carências, materiais e/ou culturais, que persistirão, caso não consigam um pedaço de terra. Por isso, para analisar as relações sociais de trabalho, é preciso analisar os problemas estruturais do atual sistema capitalista, compreendendo a modernização capitalista do campo (agroindustrialização, mecanização da agricultura) como responsável pela grande massa de trabalhadores bóia-frias (temporários e/ou volantes).

O TRABALHO RURAL EM CATALÃO (GO)

Em Catalão (GO), a modernização da agricultura, teve início a partir da década de 1980, e é compreendida como resultado da política de desenvolvimento nacional; reflete o caráter de concentração da propriedade e da renda e o agravamento dos problemas sociais. A modernização da base técnica da agricultura constituiu uma política de caráter parcial e discriminatório, uma vez que não foram contemplados todos os setores da agricultura, excluindo, principalmente, os pequenos produtores camponeses e trabalhadores rurais.

O crescimento de Catalão ocorreu devido a diversos fatores, entre eles a exploração de recursos minerais a partir da década de 1970 e a instalação de indústrias minero-químicas. A vinda de três mineradoras, a Mineração Catalão de Goiás (1976) hoje, Anglo América, a Copebrás S/A (1978) e o grupo Fosfértil/Ultrafértil (1982), possibilitou o crescimento econômico dos setores secundário e terciário. Posteriormente, outro marco na industrialização de Catalão foi à instalação das montadoras *Mitsubishi Motors Corporation* (MMC) e Jonh Deere (Cameco), na década de 1990. Esses fatores resultaram na ampliação do mercado de trabalho, acelerando o desenvolvimento do município e provocando sensível diferença na malha urbana.

As políticas agrícolas, principalmente a partir do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento/1968), fizeram com que novos empresários rurais



www.observatoriogeogoiias.com.br

chegassem à região, devido ao baixo preço das terras, e à facilidade de financiamento, o que aumentou investimentos, intensificando a modernização da agricultura. Com isso o espaço urbano ganhou uma nova configuração; surgiram novos bairros, uns com a população rica e outros com a população pobre.

A modernização capitalista eliminou grande parte dos proprietários rurais tradicionais e os camponeses e trabalhadores rurais, devido ao nível de escolaridade, pois priorizava a capacidade de aplicação de tecnologia e de gerenciamento, o que beneficiou os médios e grandes empresários. Os pequenos proprietários se viram obrigados a vender suas terras e passaram a trabalhar por dia e enfrentar todo tipo de trabalho, pois não tinham como competir com a tecnificação do campo.

Embora a cidade de Catalão se destaque pela agricultura moderna, pelo setor de serviços ampliado e como pólo mineiro-químico e metal-mecânico, sendo uma das mais importantes cidades goianas, a melhoria das condições de vida e de trabalho para os trabalhadores rurais não ocorreu. Isso mostra que o “novo campo”, moderno, tornou-se atrativo de capitais, beneficiando os grandes empresários rurais, mas, paralelamente, não gerou empregos, como-se anunciou aos “quatro ventos”.

Quando se tenta compreender as experiências, as práticas sociais e as origens dos trabalhadores rurais em Catalão constata-se que estes realizam diversas atividades como trabalhadores volantes/temporários, deslocando-se sempre para as lavouras e praticando atividades como assalariados e/ou mantendo relações não-capitalistas combinadas, tais como: meeiros, arrendatários, batedores de pastos, vendedores ambulantes, nas colheitas e plantações, enfrentando qualquer tipo de trabalho.

Em entrevista feita com trabalhadores rurais e camponeses, na festa de São Sebastião, na Comunidade Peroba, próximo ao Distrito de Pires Belo, observou-se que a maioria dos trabalhadores rurais não tem emprego fixo. Trabalham por dia, em regime de empreitada; alguns são meeiros e outros trabalham por conta própria, arrendando terra, e a maioria trabalha como empregados em fazendas que possuem como atividade preponderante a pecuária leiteira. A maioria dos entrevistados não negou o desejo de possuir um pedaço de terra, o que facilitaria a vida de todos, pois passaram a



www.observatoriogeogoiias.com.br

viver mais dignamente, pois tendo a terra garante-se uma renda melhor para o sustento da família.

A atividade exercida por esses trabalhadores mostra que em Catalão (GO) são bastante diversificadas as relações sociais de produção e trabalho, pois trabalham como diaristas (por dia), por conta própria (agricultores), arrendando terras, empregando mão-de-obra em culturas como plantação de tomate e alho, como lavrador, meeiro, plantando roça (arroz, feijão e milho), produzindo cachaça e rapadura (meação), entre outras atividades. Para esses trabalhadores, que têm muita experiência na lida com a terra, à vida seria mais fácil se tivessem um pedaço de terra. Então, quando - lhes foi perguntado se lutariam por um pedaço de terra a maioria disse que lutaria, pois teria um lugar para trabalhar.

Observemos os depoimentos: “Lutaria, sim, para ter uma renda melhor, trabalhando em terra dos outros não tem como fazer benfeitoria.” (Mário José Garcindo, 52 anos, trabalhador agregado da Fazenda Perobas); “A gente foi nascido e criado na terra e a gente não é nada sem ela.” (Sebastião Esperança Mariano, 51 anos, trabalhador volante, já trabalhou de carteira assinada).

Outros trabalhadores não lutariam, pois alegam que não compensa lutar por um pedaço de terra, é um esforço inválido. “Não lutaria, acho inconveniente. É uma luta inválida.” (Misael Cardoso de Oliveira, 23 anos, agricultor, arrenda terra no Distrito de Pires Belo).

Nas áreas férteis de Catalão eram cultivados arroz, feijão e milho, entre outros, e havia uma forte predominância da pecuária. Mas com a modernização da agricultura surgiram novas culturas (soja, algodão, trigo etc.) que empregam pouca mão-de-obra, e quando empregam, quase sempre, é altamente precarizada. São trabalhadores volantes/temporários, conhecidos como bóias frias, que por não possuírem meios para produzir, pois perderam a terra, agora são obrigados a vender a força de trabalho para sobreviverem.



www.observatoriogeogoiias.com.br

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 3 ed., 1975. 284p.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural. In: **Revista Terra Livre**, ano 18, v. 2, nº 19. São Paulo: AGB, 2002. p. 95-112.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 487f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELLO, M. C. D. **O bóia fria: acumulação e miséria**. Petrópolis, Vozes, 3 ed., 1976.154p.

MESQUITA, H. A. **A modernização da agricultura: um caso de Catalão**. 1993. 180p. Dissertação (Mestrado em Historia das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.